



Sr. Presidente,

Saudações:

Mesa

Autoridades da assistência

Familiares

Conselheira Teresa Duere,

Senhores Conselheiros Carlos Porto, Valdecir Pascoal,

Marcos Loreto, Dirceu Rodolfo, Carlos Neves,

Senhores Conselheiros substitutos,

Senhora Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Dra. Germana Laureano.

Senhoras e Senhores,

A escolha que me trouxe até aqui, para presidir esta Corte de Contas, no biênio 2022 e 2023, me pede para, de público, reafirmar o compromisso já colocado, de exercer este mandato com lealdade, responsabilidade e compromisso com o controle externo, em nome deste Conselho, dos Senhores Conselheiros Substitutos, dos Senhores Procuradores de Contas, de todos os servidores e servidoras desta Casa, como também e especialmente, em nome do Povo Pernambucano.



Saudação à Casa:

Início saudando a todos os Servidores e Servidoras deste Tribunal de Contas, reconhecendo o elevado nível de formação de todos, ressaltando o compromisso de cada um com a Missão de fiscalizar as Contas Públicas do Estado e dos Municípios.

O nosso TCE é uma referência no Brasil. Seguimos em absoluta sintonia com as boas práticas defendidas pelas entidades representativas do Sistema de Controle Externo, a exemplo da ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas e do IRB – Instituto Rui Barbosa, o braço nacional educador dos Tribunais de Contas.

São evidentes os avanços que ocorreram no sistema do controle externo após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Os Tribunais de Contas tiveram sua autonomia reforçada, passando a exercer, além do controle da conformidade e legalidade das despesas públicas, o aspecto operacional do gasto, avaliando a qualidade das políticas públicas de Estado e Municípios.

Nesse caminho de avanços, destaco a importância da atuação preventiva dessa Casa, sobretudo por meio dos Alertas de Responsabilização e das Medidas Cautelares, instrumentos de maior efetividade, evitando prejuízos ao erário e trazendo benefícios ao Estado e Municípios.



Ressalto o foco dado pelo nosso Presidente Dirceu Rodolfo, no acompanhamento das Políticas Públicas implementadas por Estado e Municípios, seja na educação, na saúde, na segurança ou em qualquer outra política, analisando os seus impactos na vida dos Pernambucanos.

A atuação firme e concomitante da nossa equipe técnica, no ambiente sanitário de enfrentamento à COVID 19, tem sido um capítulo à parte, indo além da nossa fiscalização ordinária.

Devo registrar também, as ações do Estado e Municípios, que num esforço conjunto, atuaram com efetividade e colocaram Pernambuco como referência nesse esforço nacional, sob a liderança do Secretário de Estado da Saúde, Dr. André Longo.

Ressalto, com muito carinho e admiração, o trabalho de todos servidores da área de saúde, do Estado e dos Municípios, que num esforço sobrenatural, em nome da saúde pública e em defesa da vida de todos, enfrentaram, e ainda enfrentam, de forma altiva salvando tantas vidas. Louvando a Deus, quero encaminhar nossas condolências aos familiares daqueles que tombaram mortos nessa luta e se transformaram em monstros sagrados da humanidade.

A inovação no setor público é um caminho sem volta. Nesse sentido estamos conectados com o ecossistema Pernambucano, através da implantação do nosso laboratório, Prisma LAB e logo será possível o



desenvolvimento de plataformas tecnológicas que venham a ser empregadas na fiscalização, como também compartilhadas, no sentido de fortalecer a governança do Estado e Municípios.

Saudação ao MPCO:

Na nossa gestão, buscarei sempre a marca da parceria. Nesse caminho, me reporto ao nosso Ministério Público de Contas. O TCE de Pernambuco, cumprindo o mandamento Constitucional, foi um dos primeiros no Brasil a implantar o seu Ministério Público de Contas. Hoje, o MPCO de Pernambuco é referência nacional, inclusive já ofereceu ao Conselho desta Corte, o nome de Dirceu Rodolfo para sua composição.

Como julgador, vi a importância do Ministério Público de Contas para a solução justa dos processos em tramitação nesta Casa. Desde que aqui cheguei, acumulo conhecimento, no dia a dia das sessões, do Pleno ou das Câmaras, acompanhando atentamente, pareceres, sustentações orais, proclamadas por todos os Procuradores de Contas.

Agora, muito mais que estarmos sentados lado a lado, digo a Vossas Excelências que louvo o permanente diálogo, o recorrente debate de ideias e as divergências naturais, respeitando limites e competências, em cumprimento às normas constitucionais.



Saudação aos Gestores Públicos:

Com enorme respeito, me dirijo aos Gestores Públicos do Estado e dos Municípios de Pernambuco, especialmente me dirijo aos Senhores Prefeitos e Prefeitas.

De pronto, proclamo:

essa Casa é de todos vocês. Portanto, estaremos sempre à disposição para discutirmos, não somente o controle externo, mas também, o fortalecimento do controle interno do Estado e dos Municípios, contribuindo para melhor governança dos recursos públicos.

Nesse caminho, a segunda Missão deste Tribunal, que é a de orientar, terá um espaço cada vez maior nesta Corte, ressaltando que a nossa Escola de Contas tem avançado, no propósito de transferir conhecimento e ferramentas, para que, Municípios e Estado, possam se estruturar ainda mais, garantindo políticas públicas que efetivamente transformem a vida da Mulher e do Homem Pernambucano.

Conheço profundamente as dificuldades e limitações dos Senhores Prefeitos e das Senhoras Prefeitas, para realizar os compromissos assumidos com seus munícipes.

A centralização das receitas a nível Federal, sufoca os Municípios. A receita que lhes resta é mínima, quase insuficiente para o fiel cumprimento dos índices constitucionais.



De fato, não existe espaço fiscal para os Municípios financiar Políticas Públicas que alcancem os anseios da população.

Essa centralização de receitas, se constitui na maior injustiça social imposta pelo regime federativo Brasileiro.

Se já conhecia essa realidade no Parlamento Pernambucano, depois que cheguei nesta Casa, conhecendo a contabilidade cruel desses números, constatei que os Municípios Brasileiros, apesar de reconhecidos Constitucionalmente, são negados pelo pacto federativo brasileiro.

Tenho consciência, como Presidente desta Corte de Contas, também como Cidadão Brasileiro, que preciso continuar denunciando essa injustiça que aprofunda as desigualdades regionais, contribuindo para formação de bolsões de pobreza no Brasil mais profundo.

Economia Pernambucana pós-pandemia:

Preciso também, como Presidente deste Tribunal de Contas, afirmar nossa responsabilidade com a economia do Estado no pós-pandemia.

Senhor Governador, gostaria de contar um diálogo que tive com o então Governador Eduardo Campos, em determinado momento de despacho como Secretário de



Estado de Agricultura e Reforma Agrária.

O ano era o de 2011, o Governador acabara de receber o relatório do crescimento do PIB de Pernambuco no exercício 2010.

Em voo de brigadeiro, Pernambuco crescia a 9,7 pontos percentuais, número superior ao crescimento do PIB nacional, quando o Governador Eduardo Campos me falou,

“Ranilson eu gostaria de ser Governador de Pernambuco após o ano de 2020, quando teremos um PIB nominal superior a 200 bilhões de reais, com os atuais investimentos todos pagos, liquidados do ponto de vista fiscal, elevando a receita corrente do Estado a um nível capaz de mudar, efetivamente, a vida de todos os Pernambucanos”.

Eduardo Campos era um grande economista. Fundamentava suas projeções sem medo de cometer equívocos.

A linha do tempo correu e, apesar das sucessivas interrupções no crescimento da economia nacional, Pernambuco chegou a um PIB nominal de 200 bilhões de reais já no ano de 2019. Aqui um reconhecimento ao Senhor Governador, que apesar das intercorrências negativas na economia do nosso estado, as Contas de Pernambuco se encontram em um equilíbrio fiscal, com Vossa Excelência sendo um verdadeiro auditor dos seus



próprios atos, honrando, assim, a tradição pernambucana de austeridade e de compromisso social com os nossos cidadãos.

No pós-pandemia, este Tribunal de Contas, pode e deve, estar ao lado do Estado e Municípios, no sentido de ajudar a destravar obras estruturantes, que possam alavancar o crescimento da nossa economia, gerando emprego e renda para todos os Pernambucanos.

Como exemplo dessas obras estruturadoras da economia do Estado, a transposição das águas do São Francisco. Eu

estava lá, Senhores Prefeitos, ao lado do Governador Miguel Arraes, quando ele assinava a carta de adesão ao Programa de Integração de Bacias, encaminhada ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela carta, o então Governador, não somente aderiu ao programa, em nome de mais de um milhão de famílias que vivem no Semiárido Nordestino, mas exigia do então Presidente, que fosse implantado o ramal do Agreste Pernambucano, assegurando o abastecimento de água para todos municípios da região. Reconhecendo aqui, o esforço do Estado para alcançar o status avançado que se encontra a obra.

A Ferrovia Transnordestina, que vem ligar a economia da região Norte do Brasil com o porto de SUAPE, vai melhorar a face exportadora daquele porto, trazendo também uma profunda mudança na matriz do transporte de cargas, principalmente reduzindo custos e ampliando a



competitividade da nossa economia.

No que pese o caráter privado dessa obra, certamente o Estado fará intervenções com recursos próprios e este Tribunal estará pronto para ajudar.

Como terceira obra de grande impacto na nossa economia, merece uma palavra o Arco Metropolitano.

Pernambuco é sede da maior e mais moderna planta automotiva do mundo. O Grupo Stellantis que congrega diversas marcas como JEEP, FIAT, CITROEN, PEUGEOT, está localizado no município de Goiana, na Mata Norte do nosso estado.

Com capacidade instalada para produção de 270 mil carros por ano, formando uma cadeia produtiva que alcançará mais de 60 empresas, sem dúvida, já é o maior parque industrial de alavancagem da nossa economia.

É de se comemorar também, que o quadro de pessoal da Stellantis, é formado por 90% de trabalhadores nordestinos, desses 85% são Pernambucanos.

E esse Parque, o Sr. Governador conhece muito bem, tem conexão direta com o Porto de SUAPE, não somente na saída do seu principal produto, mas também, na entrada dos seus insumos diretos.

Hoje, o parque já realiza 60% das compras no mercado brasileiro, usando o transporte de cabotagem por SUAPE.



Esse Arco, é muito mais do que um traçado urbano alternativo, é a complementação de um projeto econômico, sendo esse a principal contrapartida do Estado. Estaremos atentos e convictos da nossa responsabilidade no sentido de contribuir para implementação dessa grande obra viária.

Agradecimentos finais:

Finalizando a minha fala e agradecendo ao Ministério Público do Estado de Pernambuco pela concessão deste espaço e agradecendo também a presença de todos, gostaria de oferecer, essa minha assunção ao cargo de

Presidente do Tribunal de Contas, com muito carinho e humildade, aos meus queridos Pais, Seu Gregório e Dona Luiza, que certamente estão por aqui me trazendo proteção e luz.

Muito obrigado a todos!